



Histórias de vida: marcas do trauma em narrativas de sobreviventes da Shoah
Life Histories: Marks of Trauma in the Narratives of Shoah Survivors

Sofia Débora Levy*

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) | Rio de Janeiro, Brasil
sofiadebora@hotmail.com

Resumo: Neste artigo, as narrativas de judeus sobreviventes do Holocausto são analisadas em sua estruturação textual, tendo como viés a compreensão psicológica das dificuldades de elaboração de vivências traumáticas. Considerando a desestruturação psíquica decorrente dos sucessivos traumas sofridos, notamos o déficit da capacidade aperceptiva durante o choque advindo das situações de violência e trauma. Em nosso entender, faz-se necessário reestimar essa capacidade a fim de auxiliar na reelaboração e reestruturação do psiquismo. Baseados em revisões de literatura, bem como em entrevistas levadas a cabo em nossa pesquisa de campo desdobrada em estudos de caso junto a sobreviventes, apresentamos algumas marcas nas narrativas de sobreviventes do Holocausto características dos traumas rememorados. A estruturação textual e a pontuação são alguns dos recursos que evidenciam essas marcas e o gradativo avanço na enunciação das dores rememoradas.

Palavras-chave: Narrativa. Trauma. Holocausto.

Abstract: In this article, the textual structure of the narratives of Jewish Holocaust survivors is analyzed from the perspective of the psychological comprehension of how hard it is to work through traumatic experiences. Considering the psychic disintegration resulting from the successive traumas they suffered, we observed an apperceptive capacity deficit during the shock resulting from situations of violence and trauma. In our opinion, it is necessary to re-stimulate this apperceptive capacity in order to assist in the restructuring of the psyche. Based on literature reviews and case studies with survivors, which involved interviews conducted in the field, we present some marks in the narratives of Holocaust survivors that are characteristic of the traumas recalled. Textual structuring and punctuation are some of the resources that indicate these marks and the gradual progress in enunciating the pain recalled.

Keywords: Narrative. Trauma. Holocaust.

* Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista CAPES/PNPD.



Os traumas dos sobreviventes do Holocausto – em hebraico, Shoah, catástrofe – não se encerram com o fim da Segunda Guerra Mundial, perdurando por tempo indeterminado, com as reações frente a esses traumas e tempo de elaboração e enunciação variando de pessoa para pessoa.

Em infinitas gradações, temos dentre os testemunhos aqueles que logo após a libertação tentaram falar do que lhes ocorrera e não encontraram interlocutores afáveis – como o psicanalista Bruno Bettelheim (1989) que, desde 1940, ao chegar aos Estados Unidos, procurou alertar as pessoas acerca do que se passava nos campos de concentração de Dachau e Buchenwald, na Alemanha, onde esteve confinado entre 1938 e 1939, mas foi ouvido com descrédito; outros levaram anos até optar e conseguir narrar aquelas agruras – como a escritora Ruth Klüger (2005), que passou a escrever sua autobiografia como sobrevivente quarenta anos após o fim da guerra – e ainda, os que não quiseram remexer em suas memórias e morreram sem retransmiti-las.

Pela intensidade dos dados traumáticos, soçobrados no psiquismo, a elaboração é facilitada pelo diálogo com interlocutores interessados e com escuta respeitosa e paciente. Para tanto, destacamos a importância da escuta crível, na qualidade dialógica buberiana – que valoriza a alteridade e o reconhecimento pleno do outro em sua integridade e integralidade com vias a um diálogo profícuo (BUBER, 1982). Essa qualidade possibilita uma abertura por parte do sobrevivente ao perceber-se diante de um interlocutor respeitosamente interessado em ouvi-lo e, sobretudo, acreditando em seu relato. A escuta crível faz-se necessária na medida em que, conforme a teoria de Sandor Férenczi ([1934]/1992), o trauma se instaura quando a vítima, ao relatar a sua vivência, não é acreditada pelo seu interlocutor – o qual, numa atitude de denegação, se recusa em admitir a verdade por ela enunciada. Quando isso acontece, a vítima tem que lidar com a dor da violência sofrida e, sobreposta a ela, a impossibilidade de dialogar com o outro de modo a partilhar essa dor com vias a elaborá-la, nomeá-la, expressá-la e, assim, paulatinamente, acomodá-la em seu psiquismo.

Como a qualidade relacional dialógica não é uma condição amiúde no cotidiano, a vítima pode mesmo vir a ser escarncida. Foi o que aconteceu a Ruth A., sobrevivente berlinense que, após o fim da guerra, retomando a vida em sua cidade natal, ouviu do chefe da administração do bairro onde trabalhava tratando das indenizações dos deportados, um ex-membro da Waffen-SS, dizer-lhe que se afinal ela e outros sobreviveram aos campos, a vida lá não deve ter sido tão ruim assim (POLLAK, 2010). O receio de tais situações pode levar a vítima à hesitação em expressar para outrem dados íntimos, advindos de profunda dor decorrente do trato destrutivo e perverso do qual foi alvo.



O comportamento destrutivo motivado por ideologias, raciocínios fechados, estigmas, ou quaisquer justificativas que se configurem como fatores motivacionais para execrar o outro é uma atitude de violência psicológica que gera na vítima uma pergunta que sidera em sua mente – por quê?

A busca de respostas a essa pergunta atravessa a tentativa de elaboração das vítimas de trauma ao longo de toda a sua vida. A falta de entendimento da violência psicológica e, em especial, ontológica, como se deu no caso dos judeus – marcados pelo nazifascismo para morrerem pela sua condição de ser, a partir de uma categorização identitária que lhes fora imposta – mantém por anos a fio a pergunta, levando a elaborações de respostas, muitas vezes parciais, na tentativa de dar um sentido à arbitrariedade que lhes levou a testemunhar o que há de pior no ser humano.

Ao longo de nossas pesquisas acerca das condições de reação dos judeus durante o Holocausto, essas e outras questões permeavam as entrevistas junto aos sobreviventes, conduzidas segundo a metodologia da história de vida, um ramo da história oral no qual temos a cronologia da história de vida como fio norteador da entrevista junto ao depoente (LEVY, 2014). O tempo livre para o depoente narrar suas memórias levou a que cada entrevista não se limitasse a um único encontro - foram agendados tantos encontros quanto necessários, nos quais a duração cronológica contemplava, sobretudo, as condições psicológicas e de bem estar do sobrevivente.

As dificuldades de enunciação pelo contato com as dores traumáticas, e com o estado de choque delas decorrentes pela insuportabilidade da vivência, se evidenciam na interlocução com os sobreviventes pelas pausas – curtas ou mais alongadas – choros; suspiros; engasgos; respiros; cansaço... Assim, ao transcrevermos as entrevistas por nós implementadas, procuramos, com os recursos ortográficos e de pontuação, evidenciar essas dificuldades, absolutamente pertinentes diante do quadro.

Voltando à questão que sidera sem resposta definitiva, um de nossos entrevistados, o judeu polonês Abraham Warth, expressa sua indignação diante do genocídio ontológico que se abateu sobre os judeus:

Não sei dizer o que me atingiu mais, se a violência física de bater em nós nas caras, nas costas, nos dando pontapés; se aqueles gritos de "Judeu sujo!", "Judeu de merda!"; se o arraso de nossa dignidade talvez doesse mais do que os tapas, os pontapés e as dores físicas. Também, era uma surpresa, não dava para raciocinar. De repente, uma pessoa que nunca apanhou, que nunca gritou com ninguém, sem nenhuma razão apanhava! Por quê? Só por ser judeu.



Na verdade, tenho que confessar que, com meus 19 anos, sabia do antissemitismo, sabia que existia o fascismo, mas jamais me dei conta da cruz que carregava. Jamais me dei conta que uma pessoa pode ser condenada a perder todos os seus direitos, todas as dignidades de ser um homem, só porque nasceu judeu (LEVY, 2014, p. 85).

Procuramos estruturar os textos transcritos das gravações conforme o estilo pessoal de cada sobrevivente, mantendo a coloquialidade e utilizando a pontuação como ferramenta auxiliar na ilustração das emoções. O horror e o espanto expressos por Abraham Warth, sinalizados pelos pontos de exclamação, figuram também na interrogativa: “Por quê?”. Já no depoimento do sobrevivente judeu polonês Chaim Najman, além do espanto exclamado, temos as reticências que conduzem às memórias que continuam na mente do narrador para além do enunciado:

Assim, eu fui levando até fins de agosto, início de setembro. Estava muito frio, a gente mal se aguentava, mas tinha que aguentar para sobreviver. A gente não pode imaginar como eles podiam fazer essa barbaridade com os seres humanos. Os homens são todos iguais! Nós somos como eles, e eles são como nós! Mas, como eles nos mataram desse jeito?! Nos tatuaram, nos jogaram no chão... (LEVY, 2014, p. 94).

Fatores internos, psicológicos, e externos, sócio-históricos, confluem para a resultante de uma narrativa pautada por uma temporalidade de elaboração que reflete as marcas traumáticas. Essas marcas figuram nos relatos e nos textos elaborados a partir das memórias dos testemunhos com hesitações e silêncios que se alternam com longas enunciações decorrentes de associações encadeadas de lembranças de fatos, e das sensações e sentimentos experienciados frente a eles. Esse fluxo descontínuo ilustra a consciência afetada pelo impacto da violência que incidiu sobre o funcionamento dessa instância ôntica central na dinâmica psíquica, fundamental na coordenação e apercepção do processamento e da responsividade do sujeito frente a si, aos outros e ao mundo circundante.

Ao longo das entrevistas, percebemos que há um tempo a ser respeitado para que haja a reestruturação interna necessária para enunciação do discurso, cabendo ao interlocutor o cuidado para com esse ritmo e a percepção de aspectos peculiares da enunciação por parte dos sobreviventes – por exemplo, a predominância do caráter descritivo em vez do dialógico, que nos levou a indagar sobre os comprometimentos das capacidades reflexiva e dialógica dos sujeitos durante e depois do trauma.

O psiquiatra e professor Elso Arruda atendeu a diversos sobreviventes que vieram para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial e, numa abordagem antropológico-existencial baseada nesses casos clínicos, mas não só restringindo-se a eles,



denominou *Síndrome de Opressão* “os variados e sucessivos quadros clínicos que se manifestam nos planos somático, psíquico, anímico e existencial do homem que sofreu opressão em suas diversas formas” (ARRUDA, 1966, p. 3) – fosse nos campos de concentração ou em outras circunstâncias. Esses quadros clínicos remontam às alterações advindas de maus tratos físicos e psicológicos que impedem a plena expressão e responsividade, submetendo o indivíduo a um quadro de subjugação às forças que sobre ele incidiram violentamente, ocasionando alterações psicológicas e fisiológicas. Ainda segundo Arruda, esses quadros podem advir imediata ou tardiamente à opressão, e são permeados por uma angústia existencial, com sensação de vazio, de abismo, de algo vital para o reequilíbrio emocional. Além de sintomas subjetivos, fisicamente os prisioneiros de campo de concentração e extermínio, após a libertação, apresentavam lesões cranianas, desnutrição crônica, infecções, revezes decorrentes de trabalhos com alto risco de vida, brutalizações, e outros mais definidos que, reunidos, caracterizam a síndrome, tais como “fadiga aumentada; comprometimento da memória; disforia; instabilidade emocional; perturbações do sono; sentimento de insuficiência; perda da iniciativa; nervosismo, inquietação, irritabilidade; vertigem; labilidade vegetativa; cefaleia, dentre outros” (ARRUDA, 1966, p. 24-25).

Considerando esses fatores, e voltando-nos para a instância da consciência, central no psiquismo, entendemos que os sobreviventes da Shoah, submetidos a traumas sucessivos e sobrepostos, sofreram uma desestruturação psíquica a partir da qual efeitos como déficit na clareza de percepção, na articulação do pensamento e na capacidade de responsividade, entre outros (SILVA, 2000), contribuíram para a dificuldade em conseguir acessar a sua própria capacidade aperceptiva no momento mesmo do trauma.

Portanto, é por meio do reinvestimento na capacidade aperceptiva que conduzimos as investigações tendo suas histórias de vida como referência norteadora. Com essa reorganização consciente, as narrativas dos sobreviventes se configuram ao interlocutor como um fio condutor que adentra não só a narrativa, mas o seu próprio modo de ser, de funcionar frente à vida, sua personalidade e sua visão de mundo, descortinadas em relatos nos quais a história de vida marca cronologicamente e conclama à memória a passagem das referências da vida cotidiana regular para a queda abrupta nas quais essas referências são perdidas, sentidas como intangíveis após a exclusão social imposta pelo nazifascismo.

Essa queda não só na qualidade, mas também nas referências de vida, é marcada na proposição de narrativa de Abraham Warth. Com o intuito de deixar registradas suas memórias para seus descendentes, Abraham iniciou um registro de seu relato gravando, sozinho, três fitas cassetes de uma hora de duração cada. Por motivos pessoais, não deu continuidade e, anos depois, voluntarizou-se a prestar seu



depoimento para nossas pesquisas e viu, assim, a oportunidade de dar prosseguimento ao seu intento (LEVY, 2014). Curiosamente, notamos que sua narrativa solitária diante do gravador deu-se até o ano de 1941, quando então ele e seus familiares foram confinados no gueto de Przemysl, cidade onde residiam à época da invasão nazista. Até então, a cidade estava sob domínio russo e a família, apesar de algumas dificuldades, mantinha um cotidiano e subsistência regulares. Entendemos que tendo a invasão nazi se abatido sobre a família com os traumas sucessivos de perda de cidadania, expulsão do lar, confinamento no gueto e subsequente desmembramento familiar, Abraham não conseguiu prosseguir em sua narrativa solitária, e foi com a ajuda de um interlocutor que conseguiu atravessar a dificuldade de narrar as agruras pelas quais passou a partir daquela época.

Na rememoração, pautada por uma peculiar temporalidade de elaboração pela dor repassada, faz-se sentir marcas no discurso tão mais reticentes quanto mais violenta tenha sido a vivência traumática. A psicanalista Shula Eldar (2005), analisando o livro autobiográfico *Calle Ordener, calle Labat*, da sobrevivente Sarah Kofman (2003), comenta que logo ao tomar contato com o livro chamou-lhe a atenção o título, o qual traz dois nomes de ruas separados por uma vírgula, sem ponto final, e sem números – o que lhe intrigou. Passou a conjecturar sobre as razões desse título, como se fosse uma pista de algo misterioso que o leitor deveria seguir. Após a leitura, entendeu os dois nomes como “los restos de una iteración”, a vírgula como uma marca da fratura da espécie humana que Auschwitz representa, sem apaziguamento - e daí a ausência do ponto final (ELDAR, 2005, p. 34).

Em *Austerlitz*, o escritor alemão W. G. Sebald (2008) assina uma obra ficcional na qual relato de viagem, história e memória se fundem numa viagem ao passado em busca de entendimento por parte do professor Jacques Austerlitz, que sobreviveu ao Holocausto por ter sido mandado de trem para a Inglaterra e entregue a pais adotivos. A busca de indícios que o levem a sua identidade perdida é apresentada ao leitor num texto repleto de parágrafos longos, por vezes entremeados com ilustrações alusivas a fragmentos de memória. Páginas seguidas de um mesmo parágrafo contínuo transparecem a profusão de informações que afloram à mente, ora em caráter descritivo, ora dialógico, ora cenestésico. Apercepções das sequelas do trauma são sugeridas em passagens nas quais figuram descrições das condições físicas e cognitivas limitantes:

De vez em quando acontecia ainda que um encadeamento de ideias se delineasse na minha cabeça com perfeita clareza, mas, no instante mesmo que isso ocorria, eu já sabia que seria incapaz de apreendê-lo, pois logo que eu pegava o lápis, as infinitas possibilidades da língua, às quais eu podia antes me abandonar com confiança, reduziam-se a um aglomerado das



frases mais insípidas. Não havia locução na frase que não se revelasse uma lamentável muleta, não havia palavra que não soasse falsa e vazia. E nesse estado de espírito abjeto eu passava horas e dias a fio sentado com o rosto contra a parede, mortificando a minha alma e aprendendo aos poucos o horror de descobrir que até mesmo a menor tarefa ou os menores afazeres, como arrumar diversos objetos em uma gaveta, podem estar acima das nossas forças. Era como se uma doença que tivesse permanecido latente em mim por um bom tempo agora ameaçasse irromper, como se algo de bronco e de obstinado tivesse se apoderado de mim e aos poucos fosse paralisar todo o sistema. Eu já sentia na testa o torpor infame que prenuncia o declínio da personalidade, suspeitava que, na verdade, eu não possuía nem memória nem raciocínio, nem propriamente uma existência, que durante a minha vida inteira eu não fizera outra coisa a não ser me obliterar e voltar as costas ao mundo e a mim mesmo. (SEBALD, 2008, p. 124-125)

Os traumas vividos em tenra infância, os quais o adulto ordinariamente não tem capacidade de se lembrar plenamente, ficam registrados internamente e podem se manifestar por indícios de alterações mentais, emocionais e fisiológicas, como nos ilustra Sebald em mais uma tomada de consciência dessa dimensão da dor vivida por Austerlitz, narrada num fluxo contínuo de rememoração:

[...] mas se durante o dia as caminhadas em Tower Hamlets me acalmavam, disse Austerlitz, à noite eu era atormentado pelos mais terríveis acessos de ansiedade, que às vezes duravam horas e horas e se faziam cada vez mais intensos. De pouco me adiantava, claro, que eu tivesse descoberto as fontes do meu desassossego, que eu fosse capaz, após todos aqueles anos, de me ver com perfeita clareza como a criança afastada de um dia para o outro da vida que lhe era familiar: a razão nada podia com a sensação de rejeição e aniquilamento que eu sempre reprimira e que agora prorrompia de dentro de mim. Essa angústia tremenda me assaltava no meio das ações mais simples, ao amarrar os cordões do sapato, ao lavar a louça do chá ou ao aguardar que a água fervesse na chaleira. De repente me secavam a língua e o céu da boca, como se eu estivesse havia dias no deserto, eu tinha de buscar fôlego cada vez mais rápido, meu coração começava a pular e a palpitar até na garganta, suor frio me brotava em todo o corpo, até no dorso da minha mão trêmula, e tudo aquilo no qual eu punha os olhos



estava velado por uma hachura negra. Eu sentia vontade de gritar, mas nenhum som me vinha aos lábios, que queria sair à rua, mas não me mexia do lugar [...] (SEBALD, 2008, p. 224).

O Holocausto causou espanto às vítimas também por ter sido gestado no seio de uma nação até então reconhecida mundialmente, sobretudo por suas contribuições culturais, artísticas e intelectuais de alto nível. Aos seus olhos, tamanho desenvolvimento não condizia com o programa nazista, que bestializava as relações intra e internacionais. Segundo George Steiner (1988) grandes escritores e intelectuais alemães tiveram diferentes reações frente o nazismo conforme as privações que sofreram: alguns se asilaram, outros permaneceram no país. Stefan Zweig, que se exilou no Brasil, acreditava que os nazistas transformariam o alemão numa língua desumana e não mais viu futuro para si, como homem das letras, e acabou se suicidando, junto com sua esposa Lotte, no dia 23 de fevereiro de 1942, registrando seu lamento pela perdição do mundo de sua língua materna. Já Bertold Brecht teve uma atitude oposta: tendo sido perseguido a cada refúgio que encontrava, nos quais continuava escrevendo, denunciando o nazifascismo, foi lapidando o alemão em suas obras, investindo nele no sentido contrário do uso feito pelos nazistas, e imaginando a capacidade de sua língua materna “de fazer coincidir a palavra com o fato e o fato com a dignidade do homem” (STEINER, 1988, p. 141).

Ao nos depararmos com as narrativas, é com uma atitude respeitosa que buscamos compreender como o sobrevivente lidou e reagiu frente às violências traumáticas. Essa busca é um dos elementos que contribuem para a atenção concentrada que a literatura de testemunho de sobreviventes da Shoah há décadas desperta em seus leitores, por proporcionar um exercício de reflexão acerca da sua própria condição humana, e das possibilidades de enfrentamento em situações limite como aquelas em que a perversidade toma o lugar da humanidade.

Referências

ARRUDA, Elso. *Síndrome de Opressão: estudo antropológico-existencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

BETTELHEIM, Bruno. *Sobrevivência e outros estudos*. Trad. Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BUBER, Martin. *Do diálogo e do dialógico*. Trad. Marta Ekstein de Souza Queiroz e Regina Weinberg. São Paulo: Perspectiva, 1982.



ELDAR, Shula. S.K., Las marcas de la muerte y del pecado. In: NUÑO, Ana; ELDAR, Shula; BOROT; Marie-France; PASKAVAN, Estela. *Deber de memoria*. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2005. p. 29-53.

FÉRENCZI, Sandor. Reflexões sobre o trauma [1934]. In: _____. *Obras completas*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1992. p. 109-117

KLÜGER, Ruth. *Paisagens da memória: autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto*. Trad. Irene Aron. São Paulo: Editora 34, 2005.

KOFMAN, Sarah. *Calle Ordener, calle Labat*. Trad. Luis Aragón González. Madrid: Cuatro ediciones, 2003.

LEVY, Sofia Débora. *Holocausto: vivência e retransmissão*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

POLLAK, Michael. A gestão do indizível. Trad. Gabriele dos Anjos. *Webmosaica – Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, v. 2, n.1, jan.-jun., p. 9-49, 2010.

SEBALD, Winfried Georg. *Austerlitz*. Trad. José Marcos Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Ilma Ribeiro. *Abuso e trauma: efeitos da desordem de estresse pós-traumática e desordem de múltipla personalidade*. São Paulo: Vetor, 2000.

STEINER, George. *Linguagem e silêncio: ensaios sobre a crise da palavra*. Trad. Gilda Stuart e Felipe Rajabally. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Recebido em: 30/12/2016.

Aprovado em: 07/01/2017.